


SEMPRE UBERABA

(S Ambiental SPE Ltda.)

***Demonstrações Financeiras Individuais encerradas em 31
de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente***

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Mutação do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

 Factual auditores independentes	Factual Auditores Independentes S.S. Rua José Bianchi, nº 555, 22º Andar, Edifício New Office, Nova Ribeirânia, CEP 14096-730 -Ribeirão Preto, SP	Tel. 55 16 3916.4528 Fax. 55 16 3916.4498
---	---	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
SEMPRE UBERABA (S Ambiental SPE Ltda.)
Uberaba – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sempre Uberaba ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, SP, 25 de fevereiro de 2026.

Assinado digitalmente por:
RONALDO TOMAZELLA MONTEIRO
CPF: ***.554.638-**
Certificado emitido por AC DIGITAL MULTIPLA G1
Data: 26/02/2026 16:07:21 -03:00



Factual Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP025370-2
CVM N° 12.572
Ronaldo Tomazella Monteiro
Contador CRC 1SP136411/O-0

**Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais**

**S AMBIENTAL SPE LTDA.
Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				Passivos			
Ativos Circulante				Passivos Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	909.293	143.598	Fornecedores	15	3.203.634	1.372.943
Contas a Receber	6	8.715.928	6.319.750	Salários e Obrigações Trabalhistas	16	468.342	750.423
Estoques	7	413.251	137.184	Obrigações Tributárias	17	29.818	174
Tributos a Recuperar	8	178.061	136.150	Tributos Diferidos	18	672.985	780.698
Pagamentos Antecipados	9	12.713	105.208	Adiantamentos	19	-	1.711.100
Outras Contas a Receber	6	-	565	Total do passivo circulante		4.374.779	4.615.339
Despesas Antecipadas	10	-	32.621				
Tributos Diferidos	11	-	369.253				
Total do ativo circulante		10.229.246	7.244.329				
Ativo não circulante				Patrimônio Líquido			
Outras Contas a Receber	6	292.500	292.500	Capital Social	20	17.513.111	13.052.111
Investimentos	12	12.191	200	Reserva de Lucros	20	(1.542.700)	18.270
Imobilizado	13	787.160	802.310	Total do patrimônio líquido		15.970.411	13.070.381
Intangível	14	9.024.093	9.346.382				
Total do ativo não circulante		10.115.944	10.441.392	Total dos passivos e patrimônio líquido		20.345.190	17.685.720
Total do ativo		20.345.190	17.685.720				

Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Demonstração do Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais

S AMBIENTAL SPE LTDA.
Demonstração dos Resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais

	Nota	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Bruta	22	30.459.362	21.318.133
Tributos sobre Vendas	22	(2.871.367)	(2.083.953)
Receita Líquida	22	27.587.996	19.234.180
Custo dos Serviços Prestados	22	(27.007.426)	(16.515.928)
Lucro Bruto	22	580.570	2.718.251
Despesas Administrativas e Gerais	23	(1.534.553)	(920.338)
Despesas Comerciais	23	(131.443)	(5.200)
Despesas Operacionais		(1.665.996)	(925.538)
EBITDA		(1.085.426)	1.792.713
Depreciação e Amortizações	13 e 14	(393.697)	(343.602)
Lucro Operacional (EBIT)		(1.479.123)	1.449.111
Receita Financeira	24	87.873	155.336
Despesas Financeiras	24	(281.511)	(88.383)
Resultado Financeiro		(193.637)	66.953
Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro		(1.672.761)	1.516.064
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	25	(229.732)	(333.962)
Provisão para IRPJ e CSLL - Diferido	25	341.522	(350.565)
Tributos sobre o Lucro		111.790	(684.527)
Lucro Líquido		(1.560.970)	831.537
Quantidade de Quotas	20	37.000.000	37.000.000
Lucro por Quota	20	(0,0422)	0,0225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Demonstração dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024
Em reais**

**S AMBIENTAL SPE LTDA.
Demonstração de Resultado Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	20	(1.560.970)	831.537
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>(1.560.970)</u>	<u>831.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais**

**S AMBIENTAL SPE LTDA.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais**

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2023	11.052.111	(814.307)		10.237.804
Lucro líquido do exercício	-	-	832.577	832.577
Aumento de capital social	2.000.000	-		2.000.000
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros	-	832.577	(832.577)	0
Em 31 de dezembro de 2024	13.052.111	18.270	0	13.070.381
Resultado Líquido do Exercício	-		(1.560.970)	(1.560.970)
Aumento de capital social	4.461.000	-	-	4.461.000
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros	-	(1.560.970)	1.560.970	-
Em 31 de dezembro de 2025	17.513.111	(1.542.700)	0	15.970.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
e 2024
Em reais

S AMBIENTAL SPE LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		(1.560.970)	831.537
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação do Imobilizado	13	89.471	22.975
Amortização do Intangível	14	322.289	322.289
Resultado ajustado		(1.149.211)	1.176.801
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber de clientes	6	(2.396.179)	(6.612.250)
(Aumento) em impostos a recuperar	8	(41.911)	(72.800)
(Aumento) em estoques	7	(276.066)	(137.184)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores	9	92.495	(105.208)
Redução (Aumento) em outras contas a receber	6	565	(565)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	10	32.621	(23.433)
Redução (aumento) em tributos diferidos ativos	11	369.253	(369.253)
Aumento fornecedores	15	1.830.691	1.352.134
Aumento (redução) em salários e férias a pagar	16	(294.074)	750.423
Aumento em impostos e contribuições a recolher	17	29.644	174
Aumento (redução) em tributos diferidos passivos	18	(107.714)	780.698
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	19	(1.711.100)	1.711.100
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		(3.620.985)	(1.549.362)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Integralização de Capital	20	4.461.000	2.000.000
Aquisição de imobilizado	13	(74.320)	(816.900)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimentos		4.386.680	1.183.100
(Redução) aumento no caixa equivalentes de caixa	5	765.695	(366.261)
Demonstração do aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades em 1º de janeiro		143.598	509.859
Disponibilidades em 31 dezembro		909.293	143.598
Redução/ aumento no caixa e equivalentes de caixa		765.695	(366.261)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sempre Uberaba (S Ambiental SPE Ltda.)
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024
Em reais**

1. Contexto operacional

A Concessão S AMBIENTAL SPE LTDA. (“Sempre Uberaba” ou “SEMPRE” ou “Empresa”) foi constituída sob a forma de “Sociedade de Propósito Específico” do tipo “Limitada” em 20/09/2022, com prazo determinado de 30 anos a partir do início da operação, tendo por objeto “o propósito específico da exploração e prestação de serviços de coleta, transporte, transbordo e tratamento de resíduos sólidos domiciliares (RDO), bem como o de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO) e limpeza urbana (RPU) dos municípios da CONVALE, mediante delegação feita por contrato de concessão e atividades correlatas”, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 48.112.659/0001-66, tem sua sede localizada na Avenida Filomena Cartafina, nº 12.000, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, CEP 38.001-970. A Empresa não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seus sócios a Soma Ambiental, Tratamento e Disposição de Resíduos S.A. (“SOMA”) e a Sociedade Empresarial de Coleta e Tratamento de Resíduos Ltda (“SELETA”).

Como parte da concessão, o Poder Concedente deveria ter transferido à SEMPRE a posse do aterro sanitário público de Uberaba e dos bens a ele vinculados à destinação dos resíduos domiciliares orgânicos (RDO) e dos resíduos públicos urbanos (RPU). Todavia, em decorrência de ter sido constatado tecnicamente que o aterro sanitário estava contaminado, conforme aditivo nº1 ao contrato de concessão nº 01/2022 firmado com o Poder Concedente, foram dispensadas a assunção, posse e investimentos no aterro municipal de Uberaba de modo que a obrigatoriedade da integralização de R\$ 20.000.000 de capital até a data base do balanço foi reduzida para R\$ 13.052.111.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente por uma cesta de índices, a partir de janeiro de cada ano, com base na variação dos 12 (doze) meses anteriores.

A título de informação, a comparabilidade das receitas, custos e despesas, em 2024 ocorreram baseados a partir do mês de março, data que a empresa iniciou suas operações.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelos seus valores justos por exigência das normas contábeis.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas em notas explicativas, quando necessário.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis conforme descrito abaixo.

3.1. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Empresa contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Empresa porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Empresa tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Empresa reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

3.2. Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação;

A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendiam caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis eram reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Empresa compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo Financeiro - Classificação

A Empresa classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Outros passivos

Estão nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a

pagar.

O método de juros efetivo era utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva era a taxa que descontava exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a Empresa classificou seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos, financiamentos e serviços a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros introduziu novo modelo para cálculo das perdas de valores não recuperáveis, substituindo o modelo de perda incorrida pelo método de perda de crédito esperada, que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Empresa, sendo elas (i) componente financeiro insignificante, (ii) carteira de recebíveis sem complexidade, e (iii) baixo risco de crédito, a Empresa adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Nesse sentido, para as contas a receber, decorrente da prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa, o prazo de recebimento quando inferior a um ano são classificadas no ativo circulante e quando superior no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Empresa concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Empresa realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas de créditos de liquidação duvidosa, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Empresa analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência por 12 meses e pelo prazo desses investimentos foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor nas taxas acordadas.

3.5. Receita operacional

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde a contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

3.6. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Empresa não constitui provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pois todo o saldo a receber é protegido pelo contrato de Concessão, que dispõe de garantias.

3.7. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações são avaliados e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

O valor líquido realizável corresponde ao custo de aquisição conforme custo médio.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Empresa são registrados com base no método de custo, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição.

3.9. Imobilizado

O imobilizado compreende as instalações administrativas, as operacionais e de bens móveis, máquinas e equipamentos necessários a operação. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, quando incorridos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos.

A taxas médias são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Instalações	11,66%	12,48%
Móveis e utensílios	50,03%	50,03%
Equipamento de comunicação	33,36%	33,36%
Equipamentos de informática	20,47%	27,10%
Máquinas e equipamentos	31,38%	61,93%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado via método linear baseado no período de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

3.11. Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (*impairment*)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Empresa não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada.

3.12. Empréstimos e financiamentos

A empresa não possui empréstimos ou financiamentos. Contudo, quando os contrai, os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que,

necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos.

Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Empresa incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos a seguir.

A capitalização ocorre durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Empresa os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.14. Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.15. Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Todavia, a Empresa não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas. O mesmo ocorre em relação aos ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto, quando praticamente certo.

3.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. A Empresa acredita que a conservação das fontes de recurso da natureza é o suporte da excelência operacional, sendo assim preza pelo respeito e proteção ao meio ambiente, com programas contínuos para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações, buscando equilibrar possíveis impactos com medidas de controle e gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Empresa.

3.17. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Empresa avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

IRPJ/CSLL – diferido de órgãos Públicos - Nos contratos de prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, qualquer que seja o prazo de execução de cada unidade, em empreitada ou fornecimento contratado com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, o contribuinte poderá diferir a tributação do lucro até sua realização, observadas as seguintes normas (Decreto-Lei 1.598/1977, artigo 10º, § 3º) e IN SRF 21/1979:

I – poderá ser excluída do lucro líquido do período de apuração, para efeito de determinar o lucro real, parcela do lucro da empreitada ou fornecimento computado no resultado do período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas nesse resultado e não recebida até a data do balanço de encerramento do mesmo período de apuração;

II– a parcela excluída nos termos do item I acima deverá ser computada na determinação do lucro real do período de apuração em que a receita for recebida

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Empresa pretende liquidar o valor dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.18. Tributos sobre receitas

As receitas de venda e revenda de produtos estão sujeitas à incidência do PIS - Programa Integração Social e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas em sua maioria, pelas alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente, pelo regime não cumulativo devido a opção de sistemática de apuração de lucros pela estimativa real.

3.19. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*”, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Empresa.

3.20. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.21. Dividendos

A Empresa realiza a distribuição de dividendos, inclusive de forma desproporcional quando aprovado pelos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social. Os valores atribuídos aos acionistas são registrados no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido para posterior liquidação.

3.22. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.23. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

Apesar de a Empresa não estar obrigada a sua elaboração e divulgação, ela entende ser importante sua elaboração e divulgação aos sócios-quotistas, colaboradores e usuários das demonstrações financeiras, para que possam ver o impacto social da distribuição de renda que a Empresa gera.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros) e pelas retenções (depreciação e amortização), e a riqueza recebida em transferência, pelas receitas financeiras. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.24. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Empresa.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, quando aplicável, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, todavia nas demonstrações financeiras dos exercícios apresentados não houve operações dessa natureza.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas (IFRS/CPC)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Empresa não pretende fazer adoção antecipada ou que resultem impactos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A norma busca uma padronização das demonstrações, promovendo maior transparência e comparabilidade entre empresas em diferentes países estabelecendo a necessidade de classificação de receitas e despesas em cinco "classes" específicas na demonstração do resultado, introduzindo uma decomposição mais detalhada ao categorizar receitas e despesas nos seguintes itens: i) Operacional; ii) Investimento; iii) Financiamento; iv) Tributos sobre a Renda; e v) Operações Descontinuadas. A imposição dessas categorias visa fornecer um quadro padronizado para relatar o desempenho financeiro. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, de forma voluntária.

Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros tendo como base: 1) Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como 'exclusivamente pagamento de principal e juros'; 2) Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11

Trata-se de alteração das IFRSs existentes para esclarecer orientações e redações, ou para corrigir conflitos ou omissões relativamente menores. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2025.

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Empresa, são elas:

Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) Acordos de financiamento de fornecedores risco sacado

O IASB emitiu as alterações às IFRS 7 e IAS 7 de forma a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. Essas divulgações adicionais requeridas incluirão: (a) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas); (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i), como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros. e. Demonstração do valor adicionado

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	903.950	143.389
Aplicações financeiras	5.343	208
	909.293	143.598

A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Recibos de Depósito Cooperativo (RDC) ofertadas pelo banco Sicoob e indexadas à taxa de mercado com base em variação percentual de 103% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Empresa a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na Nota Explicativa nº 21.

6. Contas a receber e outros recebíveis

Contas a Receber	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber	8.715.928	6.319.750
Outras contas a receber	<u>292.500</u>	<u>292.500</u>
	<u>9.008.428</u>	<u>6.612.250</u>
Ativo circulante	8.715.928	6.319.750
Ativo não circulante	292.500	292.500

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica representa, em sua maioria, contas a receber de entes públicos. A administração da Empresa entendeu não ser necessário a constituição de provisão para perdas, considerando não haver qualquer histórico, na presente data ou de expectativa futura, de inadimplência.

A exposição da Empresa a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 21.

7. Estoques

Estoques	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Combustíveis e lubrificantes	41.960	18.278
Pneus	170.560	47.387
Materiais de manutenção	57.128	21.926
Uniformes e material de proteção e segurança	<u>143.602</u>	<u>49.593</u>
	<u>413.251</u>	<u>137.184</u>
Ativo circulante	413.251	137.184

Os estoques referem-se a insumos de uso, consumo e manutenção na operação.

8. Impostos e contribuições a recuperar

Tributos a Recuperar	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a recuperar	795	24.290
COFINS a recuperar	-	111.860
INSS Retido a Recuperar	104.581	-
IRPJ e CSLL a Recuperar	70.138	-
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>2.546</u>	<u>-</u>
	<u>178.061</u>	<u>136.150</u>
Ativo circulante	178.061	136.150

O saldo de impostos e contribuições a recuperar em 31 de dezembro de 2025 é composto por créditos de PIS e de COFINS originados dos materiais e serviços utilizados na prestação de serviços.

9. Adiantamentos

Pagamentos Antecipados	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	17.091	87.741
Adiantamentos a empregados	(4.377)	17.467
	<u>12.713</u>	<u>105.208</u>
Ativo circulante	12.713	105.208

A exposição da Empresa a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 21.

10. Despesas antecipadas

Despesas Antecipadas	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e Seguros	-	32.621
Ativo circulante	-	32.621

11. Tributos diferidos ativos

Tributos diferidos	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ saldo negativo	-	239.343
CSLL saldo negativo	-	129.910
	<u>-</u>	<u>369.253</u>
Ativo circulante	-	369.253

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição.

12. Investimentos

Investimentos	31/12/2025	31/12/2024
Sicoob Cocred	12.191	200
Ativo não circulante	12.191	200

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o único investimento é representado por participações societárias não relevantes na Sicoob Cocred, avaliadas ao custo de aquisição, deduzidas de provisão, para ajustá-la ao valor de mercado, se necessário.

13. Imobilizado

	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamento de comunicação	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo ou custo atribuído						
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	-	3.486	-	-	4.899	8.385
Em 31 de dezembro de 2023	-	3.486	-	-	4.899	8.385
Adições	787.655	-	780	21.654	6.810	816.900
Em 31 de dezembro de 2024	787.655	3.486	780	21.654	11.709	825.284
Adições	55.900	-	-	7.020	11.400	74.320
Em 31 de dezembro de 2025	843.555	3.486	780	28.674	23.109	899.604
	-	-	-	-	-	-
Depreciação						
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(19.267)	(872)	(104)	(1.069)	(1.662)	(22.974)
Depreciação no período	(79.054)	(872)	(156)	(4.799)	(4.589)	(89.471)
Em 31 de dezembro de 2025	(98.321)	(1.744)	(260)	(5.868)	(6.251)	(112.445)
	(0)	-	-	-	-	-
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2023	-	3.486	-	-	4.899	8.385
Em 31 de dezembro de 2024	768.388	2.614	676	20.585	10.047	802.310
Em 31 de dezembro de 2025	745.234	1.742	520	22.806	16.858	787.160

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

Taxa média de depreciação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Instalações	11,66%	12,48%
Móveis e utensílios	50,03%	50,03%
Equipamento de comunicação	33,36%	33,36%
Equipamentos de informática	20,47%	27,10%
Máquinas e equipamentos	31,38%	61,93%

14. Ativo Intangível

	<u>Contratos de Concessão</u>
Custo	
Em 31 de dezembro de 2023	9.668.671
Em 31 de dezembro de 2024	9.668.671
Em 31 de dezembro de 2025	9.668.671
Amortização	
Em 31 de dezembro de 2023	-
Em 31 de dezembro de 2024	9.346.382
Amortização do período	(322.289)
Em 31 de dezembro de 2024	9.024.093
Valor contábil	
Em 31 de dezembro de 2023	<u>9.668.671</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>9.346.382</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>9.024.093</u>

Método de amortização e prazos

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado via método linear baseado no período de concessão.

(a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão na infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

(b) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 20 de janeiro de 2054 conforme os termos do item “Prazo” da Cláusula 2ª do Contrato. Se for por Termo Aditivo, através do qual a Empresa e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 20 de janeiro de 2059.

Taxa média de amortização

Taxa média de Amortização

	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de Concessão	3,33%	3,33%

15. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	3.203.634	1.372.943
Passivo circulante	3.203.634	1.372.943

O saldo com fornecedores é composto por fornecedores de insumos e bens de consumo, bem como saldo de transações operacionais de destinação dos resíduos coletados com a Empresa Soma Ambiental, Tratamento e Disposição de Resíduos S.A., que é parte relacionada.

16. Salários e encargos

Salários e Obrigações Trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados	717	282.970
Obrigações Sociais	1.156	-
Provisões Trabalhistas	466.468	467.453
	468.342	750.423
Passivo circulante	468.342	750.423

17. Tributos a pagar

Tributos a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
ISSQN a pagar	14.948	174
PIS a Pagar	3.963	
COFINS a Pagar	10.907	
	29.818	174
Passivo circulante	29.818	174

18. Tributos diferidos

Tributos Diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
PIS Diferido	118.529	76.823
COFINS Diferido	545.412	353.311
IRPJ Diferido	6.649	92.797
CSLL Diferido	2.394	257.768
	672.985	780.698
Passivo circulante	672.985	780.698

Os tributos diferidos passivos podem ser compensados contra os ativos apenas quando há o direito legal de compensação e quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal.

19. Adiantamentos de clientes

Antecipações e Adiantamentos de Clientes		
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	-	1.711.100
Passivo circulante	-	1.711.100

20. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 37.000.000 (R\$ 37.000.000 em dezembro de 2024) e R\$ 13.052.111 (R\$ 13.052.111 em dezembro de 2024) estando integralizados o montante de R\$ 13.052.111 (treze milhões e cinquenta e dois mil, cento e onze reais) e a integralizar o valor de R\$ 23.947.889 (Vinte e três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais), representado por 37.000.000 quotas (37.000.000 em dezembro de 2024), com valor nominal de R\$ 1 por quota.

O valor integralizado considera o desinvestimento autorizado conforme termo de aditivo nº 1 ao contrato de concessão nº 01/2022 de concessão da prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos que entre si celebram o consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional – CONVALE anuído pela agência reguladora ARISB-MG e considerando a revisão do Plano de Investimentos e Operação com base do Termo Aditivo supracitado, o qual introduziu modificações de readequação ao contrato originário em decorrência da constatação de contaminação, tecnicamente aceita pelo órgão concedente que dispensou a assunção, posse e investimentos no aterro municipal de Uberaba. Dessa forma, a obrigatoriedade da integralização de R\$ 20.000.000 até a data base do balanço foi reduzida para R\$ 13.052.111.

Ao final do exercício a Empresa apresenta a seguinte composição societária:

Capital subscrito	31/12/2025			31/12/2023		
	Quotas	R\$	%	Quotas	R\$	%
Soma Ambiental, Tratamento e Disposição de Resíduos S.A.	25.900.000	13.051.911	99,9985%	25.900.000	25.900.000	70,0000%
Sociedade Empresarial de Coleta e Tratamento de Res. Ltda	11.100.000	200	0,0015%	11.100.000	11.100.000	30,0000%
Total	37.000.000	13.052.111	100,00%	37.000.000	37.000.000	100,00%

Capital integralizado	31/12/2024			31/12/2023		
	Quotas	R\$	%	Quotas	R\$	%
Soma Ambiental, Tratamento e Disposição de Resíduos S.A.	25.900.000	13.051.911	99,9985%	25.900.000	11.051.911	99,9982%
Sociedade Empresarial de Coleta e Tratamento de Res. Ltda	11.100.000	200	0,0015%	11.100.000	200	0,0018%
Total	37.000.000	13.052.111	100,00%	37.000.000	11.052.111	100,00%

Lucro do Exercício

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.560.970 (lucro de R\$ 831.537 em 31 de dezembro de 2024). O prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2025, representou para os acionistas o valor de R\$ 0,0422 por ação (lucro de R\$ 0,0225 por ação em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros

Por deliberação dos acionistas os saldos disponíveis nesta conta ficarão à disposição dos administradores para reinvestimentos na Empresa e os valores não utilizados, à disposição dos acionistas para a definição das melhores alternativas para o empreendimento.

21. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Empresa, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos, desta forma os valores justos estão sendo apresentados.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros: apreciação das taxas

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de

Instrumento	Valor	Risco	31/12/2025					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			Provável	25%	50%	Provável	25%	50%
Ativos financeiros			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras	909.293	~104% CDI	12,64%	114.898	15,80%	143.623	18,95%	172.347
Resultado financeiro líquido (estimado)				114.898		143.623		172.347
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						28.725		57.449

Instrumento	Valor	Risco	31/12/2024					
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
			Provável	25%	50%	Provável	25%	50%
Ativos financeiros			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras	143.598	~104% CDI	12,12%	17.398	15,15%	21.748	18,17%	26.097
Resultado financeiro líquido (estimado)				17.398		21.748		26.097
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						4.350		8.699

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou não realizável.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e
- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

(i) Riscos operacionais

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas, tais como processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de mercado, crédito, liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamentos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

Exposição a riscos de crédito	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	909.293	143.598
Contas a receber	8.715.928	6.319.750
	9.625.221	6.463.347
Ativo circulante	9.625.221	6.463.347
Ativo não circulante	292.500	292.500
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	3.050.575	2.200.429
Vencidos	5.665.353	4.119.320
Valor de recebíveis líquido	8.715.928	6.319.750

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa tem como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam maior solidez e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos.

Não existe na história da Empresa, registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento das contas a receber de clientes do mercado interno na data das demonstrações financeiras, para as quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável.

A Empresa com os clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Empresa procura trabalhar com pagamentos antecipados.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	161.896	-
Vencido de 1 a 30 dias	1.131.842	2.073.151
Vencido de 31 a 60 dias	522.961	377.942
Vencido de 61 a 90 dias	260.667	159.970
Vencido de 91 a 180 dias	-	1.315.911
Vencido de 181 a 365 dias	6.638.563	2.392.775
Total de vencidos	<u>8.554.033</u>	<u>6.319.750</u>
Total de recebíveis	<u>8.715.928</u>	<u>6.319.750</u>
PCLD	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor de recebíveis líquido	<u>8.715.928</u>	<u>6.319.750</u>

Garantias

A Empresa tem como política não exigir garantia a terceiros.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiro ou com riscos de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa utiliza-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer

significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	31/12/2025		
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	3.203.634	3.203.634	3.203.634
	3.203.634	3.203.634	3.203.634
	31/12/2024		
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	1.372.943	1.372.943	1.372.943
	1.372.943	1.372.943	1.372.943

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Riscos de oferta e demanda

A Empresa está exposta aos riscos, em menor grau daqueles decorrentes das flutuações no preço, mas diretamente relacionado a aqueles correlacionados ao volume de produção e comercialização. Quando possível, a Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando sua operação a expectativa de volume de produção que espera comercializar. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

(v) Risco de taxa de juros

As operações da Empresa estão expostas a taxas de juros indexados ao CDI, considerando que se tratará de uma Empresa capitalizada e aplicadora de recursos em investimentos conservadores de baixo risco.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	909.293	143.598
	909.293	143.598
Risco de taxa de juros líquido	909.293	143.598

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto

teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas. O Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

		31/12/2025					
		Cenário 1 Provável		Cenário 2 25%		Cenário 3 50%	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	909.293	~104% CDI	15,60%	141.850	19,50%	177.312	23,40%
Resultado financeiro líquido (estimado)				141.850		177.312	212.775
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						35.462	70.925

		31/12/2024					
		Cenário 1 Provável		Cenário 2 25%		Cenário 3 50%	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	143.598	~104% CDI	12,64%	18.145	15,80%	22.681	18,95%
Resultado financeiro líquido (estimado)				18.145		22.681	27.218
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						4.536	9.073

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros: depreciação das taxas

		31/12/2025					
		Cenário 1 Provável		Cenário 2 -25%		Cenário 3 -50%	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	909.293	~104% CDI	15,60%	141.850	####	106.387	7,80%
Resultado financeiro líquido (estimado)				141.850		106.387	70.925
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(35.462)	(70.925)

		31/12/2024					
		Cenário 1 Provável		Cenário 2 -25%		Cenário 3 -50%	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	143.598	~104% CDI	12,64%	18.145	9,48%	13.609	6,32%
Resultado financeiro líquido (estimado)				18.145		13.609	9.073
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(4.536)	(9.073)

(vi) Risco de câmbio

A Empresa está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano), considerando que sua operação exige e as operações de proteção de caixa para vendas no exterior, todavia em pequena monta e não apresentam saldos nas datas dos balanços. As demais operações, especialmente, empréstimos e financiamentos são realizados em moeda nacional. Dessa forma, análises de sensibilidade ao risco da moeda são dispensáveis para a Empresa.

e. Gestão de capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do passivo	4.374.779	4.615.339
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(909.293)	(143.598)
(=) Dívida líquida	<u>3.465.486</u>	<u>4.471.741</u>
Total do patrimônio líquido	15.970.411	13.070.381
Dívida líquida sobre capital ajustado	<u>21,70%</u>	<u>34,21%</u>

22. Receita Operacional

A receita operacional da Empresa é composta pela receita obtida na prestação dos seguintes serviços e custos:

Receita operacionais	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita com coleta urbana	28.665.498	19.459.170
Receita com destinação final de resíduos	1.793.865	1.858.963
Receita bruta fiscal	<u>30.459.362</u>	<u>21.318.133</u>
(-) Tributos sobre vendas	(2.871.367)	(2.083.953)
Receita líquida de vendas	<u>27.587.996</u>	<u>19.234.180</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(27.007.426)	(16.515.928)
	<u>580.570</u>	<u>2.718.251</u>

O aumento dos custos refere-se principalmente a taxa de regulação do exercício anterior que foi reconhecida no exercício atual no valor aproximado de R\$ 1.332.000 (Um milhão trezentos e trinta e dois mil reais) e também referente a serviço de destinação no valor aproximado de R\$ 5.700.000 (Cinco milhões e setecentos mil reais).

23. Despesas operacionais

Corresponde às despesas apropriadas ou rateadas dos centros de custo de serviços e de apoio, bem como, de gastos apropriados como despesas administrativas e comerciais originados da prestação de serviços pelos departamentos operacionais da Empresa.

Despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas comerciais		
Doações e brindes	-	(5.170)
Eventos e comemorações	-	(30)
	<u>-</u>	<u>(5.200)</u>
Despesas administrativas		
Despesa com frota administrativa	-	(405)
Materiais e manutenção	-	(4.974)
Serviços de terceiros	(131.443)	(88.953)
Serviços de CSC	(1.530.565)	(245.428)
Despesas com pessoal administrativo	(3.988)	(580.578)
Amortização	(317.320)	(322.289)
Depreciação	(76.377)	(21.313)
	<u>(2.059.693)</u>	<u>(1.263.940)</u>

24. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	30.402	152.029
Correção monetária ativa	37.164	1.076
Descontos obtidos de fornecedores	357	1.577
Juros Recebidos	15.581	
Rendimentos de participações societárias	4.369	661
	<u>87.873</u>	<u>155.342</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6.459)	(5.426)
Descontos concedidos	(225.022)	
IOF	(5.805)	(4.559)
Juros e multas pagas a fornecedores	(44.225)	(78.398)
	<u>(281.511)</u>	<u>(88.383)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(193.637)</u>	<u>66.959</u>

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ sobre o lucro	(229.732)	(237.505)
CSLL sobre o lucro	-	(96.457)
Tributos correntes	<u>(229.732)</u>	<u>(333.962)</u>
CSLL diferido sobre o lucro	245.484	(257.768)
IRPJ diferido sobre o lucro	96.038	(92.797)
Tributos diferidos	<u>341.522</u>	<u>(350.565)</u>

26. Partes relacionadas**Remuneração de pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração da Empresa é composto pela Diretoria. Os montantes referentes à

remuneração do pessoal-chave da Administração são deliberados anualmente pela administração da e estão registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários e honorários.

A Empresa não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, educação, entre outros.

Políticas Contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas anteriormente de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

27. Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação em reais, salvo indicação contrária.

* * *

iacarelo@grupoesse.com.br

Composição da Diretoria

 JOSE ANTONIO CARELO
03691999875

Assinado

Diretoria
JOSÉ ANTÔNIO CARÉLO
CPF: 036.919.998-75

Contador
ROBERTO HIDEKI HIROSI
CRC: 1SP183.519/O-9
CPF: 145.461.208-85

* * *



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 2BXHK-5KRFA-7WCRY-JBH9S

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ RONALDO TOMAZELLA MONTEIRO (CPF ***.554.638-**) em 26/02/2026
16:07 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate/2BXHK-5KRFA-7WCRY-JBH9S>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate>

DFs - S AMBIENTAL SPE LTDA - Encerrada em 31-12-2025- relatório auditoria pdf

Código do documento 88803c50-71df-42ac-82ff-716fafb9576f



Assinaturas



JOSE ANTONIO CARELO:03691999875
Certificado Digital
jacarelo@grupoesse.com.br
Assinou

Eventos do documento

06 Mar 2026, 16:19:41

Documento 88803c50-71df-42ac-82ff-716fafb9576f **criado** por GABRIELA ORPINELLI DE GODOY (065835fd-66aa-4bf7-8041-d672554cecec). Email: gabriela.godoy@grupoesse.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-06T16:19:41-03:00

06 Mar 2026, 16:20:49

Assinaturas **iniciadas** por GABRIELA ORPINELLI DE GODOY (065835fd-66aa-4bf7-8041-d672554cecec). Email: gabriela.godoy@grupoesse.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-06T16:20:49-03:00

06 Mar 2026, 16:23:23

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE ANTONIO CARELO:03691999875 **Assinou** Email: jacarelo@grupoesse.com.br. IP: 186.237.142.218 (186.237.142.218 porta: 21802). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID Multipla,CN=JOSE ANTONIO CARELO:03691999875. - DATE_ATOM: 2026-03-06T16:23:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):659105eaa1423bd33bd613865dd78fdde7af5e2be4604e5232a4ac9298c1f1ac
(SHA512):1eb0899ae6b2fe176eb72d753dc36e697f43eb3501482520cec73734de4c8bbae13139a3d6499231b267a4810cadbb91f332bcbf146558d0608981698e2c75dc

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.